

# Rivalidade entre Brasil e Argentina: construção de uma cooperação pacífico-nuclear\*

*Carla Maria da Silva Diaz<sup>1</sup>*

*Paula Lou'ANE Matos Braga*

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a rivalidade entre Brasil e Argentina, por meio das teorias geopolíticas brasileiras dos autores Mário Travassos, Lysias Rodrigues e Golbery do Couto e Silva. No entanto, o aspecto da cooperação nuclear pacífica mediante a criação da Agência Brasileiro-argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) a partir da década de 90, é trazido à tona, com o intuito de discutir os aspectos que levaram a essa mudança tão significativa de um recrudescimento na rivalidade entre o Brasil e Argentina, na década de 70, para a construção de uma cooperação nuclear para fins pacíficos, caso inédito no mundo.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Rivalidade Brasil-Argentina; Relações internacionais; Política de não-proliferação nuclear; Cooperação.

## Abstract

In this work we have as objective to analyze the Brazil-Argentine rivalry through the Brazilian Geopolitical Theories of the authors: Mario Travassos, Lysias Rodrigues and Golbery do Couto e Silva. However, the aspect of the pacific nuclear cooperation through the creation of the Brazilian-Argentine Agency of Accounting and Control (ABACC), from the decade of 90, will be in evidence with intention to argue the aspects that had taken to this so significant change in the new outbreak in the rivalry between Brazil and Argentine in the decade of 70 for the construction of a pacific nuclear cooperation, unknown case in the world.

**Keywords:** Geopolitical; Brazil-Argentine rivalry; International relations; Nuclear non-proliferation policy; Cooperation.

\* Brazil-Argentina rivalry: construction of a pacific nuclear cooperation

<sup>1</sup> Endereço para correspondências: Rua Antônio Urbano de Souza, 125, Jardim Alvorada, Mogi Guaçu, SP, 13840-970 (E-mail: carlonchinha@yahoo.com.br ; paulalouane@yahoo.com.br).

## Histórico da rivalidade entre Brasil e Argentina

As áreas da Bacia Platina foram focos de tensão geopolítica durante muito tempo. Na época colonial, ela foi palco dos interesses geopolíticos antagônicos de portugueses e espanhóis. A questão mal resolvida da divisão das bacias hidrográficas amazônica e platina entre Portugal e Espanha, mesmo com o estabelecimento dos Tratados de Madri (1750) e Idelfonso (1777), levaram Brasil e Argentina a herdar essa secular disputa, que se acirrou com as respectivas independências e com o antagonismo entre o Império Brasileiro e a Confederação Argentina, cerne das guerras platinas do século XIX.

Vale ressaltar que, a partir das independências de ambos os Estados, estava em jogo a hegemonia sobre o continente sul-americano. Sobre isso, Spykman afirma que a Bacia do Prata é o epicentro de rivalidade brasileiro-argentina:

*Mais importante entretanto para o futuro da América do Sul é a luta de poder entabulada na outra zona de conflito do continente meridional: a bacia do rio da Prata. Aqui os protagonistas são os dois Estados mais poderosos da América Latina e a recompensa seria a caudilhagem e o império do continente sul. De um lado está a Argentina, quase toda em zona temperada, com as mais ricas terras agrícolas do continente e uma população branca, energética, dinâmica e com sonhos imperiais; do outro lado está o Brasil, o maior estado da América Latina, com uma população superior em mais de três vezes à do vizinho sul, mas rica também em recursos minerais. Esta rivalidade tem para a constelação política do continente sul a mesma importância e sentido que a rivalidade França-Alemanha na Europa Ocidental ou a antiga rivalidade Áustria-Rússia na Europa Oriental (SPYKMAN, 1944, p. 337).*

A partir de meados da década de 60 do século XX, verifica-se que alguns fatores internos e externos enfraqueceram a Argentina. Na frente interna, o país apresentou três ordens de problemas: a concentração demográfica na “pampa húmeda”, em decorrência do despovoamento do interior e

das regiões fronteiriças e o desmantelamento de sua base industrial; a ruína financeira resultante da política monetarista recessiva da ditadura militar; e a regressão da economia argentina tangente a seu tradicional papel de exportadora de carnes e grãos, em consequência do excessivo privilégio do setor agropecuário. Na frente externa, a Argentina foi atingida por três derrotas sucessivas: para o Brasil, com o “fato consumado” da hidrelétrica de Itaipu; para o Chile, na disputa pela soberania sobre o estratégico canal de Beagle; e para a Inglaterra, com a aventura da ocupação das Ilhas Malvinas seguida do fiasco militar na Guerra das Malvinas (MELLO, 1997, p.212-213).

Nessa mesma época, o autoritarismo militar brasileiro se fortaleceu, com os sucessos obtidos tanto em nível interno quanto no âmbito internacional. Internamente, a aliança entre o capital estatal, o nacional associado e o multinacional, auxiliada por uma conjuntura mundial favorável, promoveu a modernização conservadora da infra-estrutura industrial do país com o “milagre econômico”. Externamente, o regime autoritário viabilizou sua política de aliado preferencial dos Estados Unidos, assim como a diplomacia de relações bilaterais com os pequenos países platinos, que elevou o Brasil ao *status* de potência regional sul-americana.

Embora o Brasil contasse com o apoio de Washington nessa época, isso não bastou para construir seu *status* hegemônico de potência regional. Ações brasileiras, como o avanço sobre os países menores, a busca por caminhos para o Pacífico, a cooperação no desenvolvimento destes em setores requeridos por sua própria economia, o bloqueio à cooperação ou projetos da Argentina, o ganho na iniciativa de construção de grandes obras hidrelétricas, a prestação de ajuda técnica e financeira ao Paraguai, na construção da hidrelétrica de Itaipu, a abertura de seu litoral marítimo em Santos, Paranaguá e Rio Grande, para atrair a esses portos, por meio de caminhos, ferrovia e canais, o oriente boliviano, o Paraguai, o Uruguai e a Mesopotâmia Argentina, em aberto desafio ao sistema portuário do rio da Prata e concorrência com ele, conforme destacou o general argentino Juan Enrique Guglielmelli (GUGLIALMELLI, 1979), ajudaram o Brasil na disputa pela hegemonia da América do Sul.

Assim, em termos gerais, o clima de confronto dos anos 70, centrado na polêmica de Itaipu, cedeu lugar, na década de 90, a uma nova fase de cooperação entre os dois países em questão. No decorrer dessas três décadas, as relações entre Brasil e Argentina passaram por três etapas sucessivas:

competência, distensão e integração. Em 1979, ao solucionar o conflito diplomático geopolítico na região do Prata e assegurar o espaço para a manutenção da tradicional perdularidade paraguaia, a solução da chamada “questão de Itaipu” propiciou a normalização das relações brasileiro-argentinas e reempreendeu a cooperação bilateral no início da década de 80.

Essa preponderante aproximação cooperativa, na década de 90, entre os então adversários, teve por base não só os motivos supra-enumerados, mas também a crise econômica dos anos 80 – denominada “década perdida” da América Latina – e a globalização da economia mundial, que condicionaram mudanças nas posturas diplomáticas dos dois países.

Não há dúvida, também, de que a redemocratização dos dois Estados – expressas nas eleições presidenciais de 1983, na Argentina, e pela volta dos civis ao poder no Brasil, em 1985 – foi mais um fator a impulsionar esse processo.

### **As teorias geopolíticas brasileiras**

Deve ser lembrado que, nos anos 70, Argentina e Brasil começaram a adquirir a infra-estrutura necessária para produzir armas nucleares. O Brasil firmou “o convênio do século” com a Alemanha Ocidental, em 1975, pelo qual se comprometia a comprar oito reatores nucleares e material para enriquecimento de urânio e reprocessamento do plutônio. Já a Argentina começava, na mesma época, a construção de suas próprias instalações nucleares.

Dessa forma, houve uma disputa tecnológica nuclear entre os dois países durante seus regimes militares, a fim de liderar como potência regional na América do Sul. Não foi só uma disputa tecnológica que ocorreu, pois suspeitas brasileiras apontavam para o fato de que a Argentina poderia construir uma bomba atômica. Dessa maneira, o receio do governo brasileiro em relação a seu vizinho como detentor de armas nucleares levou a um debate público sobre as intenções nucleares da Argentina. Essa mera possibilidade ajudou a criar o clima de insegurança para justificar um programa nuclear brasileiro próprio.

Os dois países eram cautelosamente assistidos pela comunidade internacional, que desconfiava que seus programas nucleares não eram direcionados para fins pacíficos, devido ao atraso na ratificação dos tratados de

não-proliferação nuclear e impossibilidade de inspeção das instalações nucleares pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Contudo, no período de redemocratização desses países, ambos se colocaram à disposição para verificação das instalações nucleares e somaram esforços diplomáticos para criar uma agência de cooperação nuclear para fins pacíficos.

Do ponto de vista militar brasileiro, a iniciativa era importante para o país, visto que o programa nuclear argentino se apresentava mais avançado do que o brasileiro. O medo de provocar uma corrida armamentista nuclear na América Latina é a principal razão para evitar uma força nuclear regional. Além do mais, a Argentina, provavelmente, venceria essa corrida, pois desestabilizaria a economia brasileira com sua significativa liderança no desenvolvimento e uso de tecnologia nuclear. O receio de provocar esses resultados e a falta de estímulo preponderante para o Brasil avançar nesse terreno são importantes motivos para deter seu programa nuclear. Sendo assim, a aliança entre os dois países permitiria uma troca de tecnologia nuclear e afastaria as suspeitas da comunidade internacional de que esses Estados sul-americanos desenvolveriam um programa nuclear belicoso.

A aproximação formal, no que se refere ao uso pacífico da energia nuclear entre os dois países, deu-se com o encontro dos chefes de governo argentino e brasileiro Alfonsín e Sarney, em 1985. Desse encontro resultou a *Declaração conjunta sobre política nuclear*, cujo objetivo firmado foi o compromisso mútuo para o desenvolvimento de energia nuclear pacífica. Iniciou-se uma série de acordos pacífico-técnicos nucleares na década de 90, já sob a presidência de Fernando Collor de Melo, no Brasil, e Carlos Menem, na Argentina, como é exemplo a *Política nuclear comum*, no ano de 1990, na qual ambos fizeram renúncia formal às armas nucleares (WROBEL, 1996). Posteriormente, uma aproximação diplomática levou à assinatura de um acordo bilateral, em 1991, conhecido como Acordo de Guadalajara, que consistia, primordialmente, na inspeção das instalações nucleares.

No ano seguinte, foi criada a Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), localizada no Rio de Janeiro. Essa Agência é composta por 16 funcionários, e dois deles pertencem ao Ministério de Relações Exteriores de cada país e das Comissões de Energia Nuclear do Brasil e da Argentina.

Para entender bem essa rivalidade nuclear entre Brasil e Argentina, intensificada, como foi exposto, na década de 70, faz-se necessário apresentar as teorias geopolíticas brasileiras, que se iniciaram a partir da década de 30.

Segundo Leonel Itaussu Almeida e Mello (1997), Mário Travassos – o pai da geopolítica brasileira – influenciado por Mackinder (1904), com sua teoria sobre o poder terrestre, publicou na década de 30 sua obra *Projeção continental do Brasil*. A teoria de Mackinder foi reelaborada por Travassos e aplicada no continente sul-americano, por meio do enquadramento do planalto boliviano como área chave e com importância análoga à do *heartland*<sup>2</sup> euro-asiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região pivô do continente sul-americano, outorgaria ao Brasil o domínio político-econômico do continente em questão.

Em sua análise geopolítica, Mário Travassos destaca os dois grandes antagonismos geográficos de nosso subcontinente – do Atlântico e do Pacífico. O autor mostra a importância da Cordilheira dos Andes, que se estende da Venezuela à Patagônia, como divisor geopolítico continental entre os Oceanos; mostra também os pontos de rebaixamento (os chamados “nudos”) onde a cordilheira oferece passagem mais fácil de uma vertente para a outra; pesquisa nossa posição atlântica, por sua vez submetida a dois outros antagonismos geográficos, do Prata e do Amazonas; salienta a força convergente do Prata, correndo para Buenos Aires, e sua influência sobre as bacias de seus formadores, o Uruguai, o Paraná e o Paraguai – os três mergulhando fundo no território brasileiro.

Continuando sua análise, Travassos realça, em termos de uma política continental, a importância do triângulo geopolítico boliviano firmado entre as cidades de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre, como pólo de convergência da influência Atlântico-Pacífico. Santa Cruz de la Sierra, localizada na Bacia Amazônica, está bem articulada com a região andina de Cochabamba e Sucre; Cochabamba andina, por sua vez, também está próxima da calha amazônica; e Sucre andina está localizada próxima a um dos “nudos” (passagem na Cordilheira) e ligada à Cochabamba e à influência amazônica de Santa Cruz de la Sierra, que recebe a tração platina de Corumbá/MS, em território brasileiro.

<sup>2</sup> Detalhes sobre o conceito no texto: MACKINDER, H. El eje geográfico de la historia. In: RATTENBACH, A. B. (Org.). *Antología geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975

Mário Travassos afirma que o país sul-americano que primeiro conseguir controlar esse triângulo chave, região de convergência das três forças geográficas que operam no subcontinente, dominará a política continental. Esse triângulo é geopoliticamente estratégico para o domínio brasileiro na América do Sul e, para atingir esse objetivo, pode-se partir de uma cooperação com a Bolívia ou de uma disputa militar.

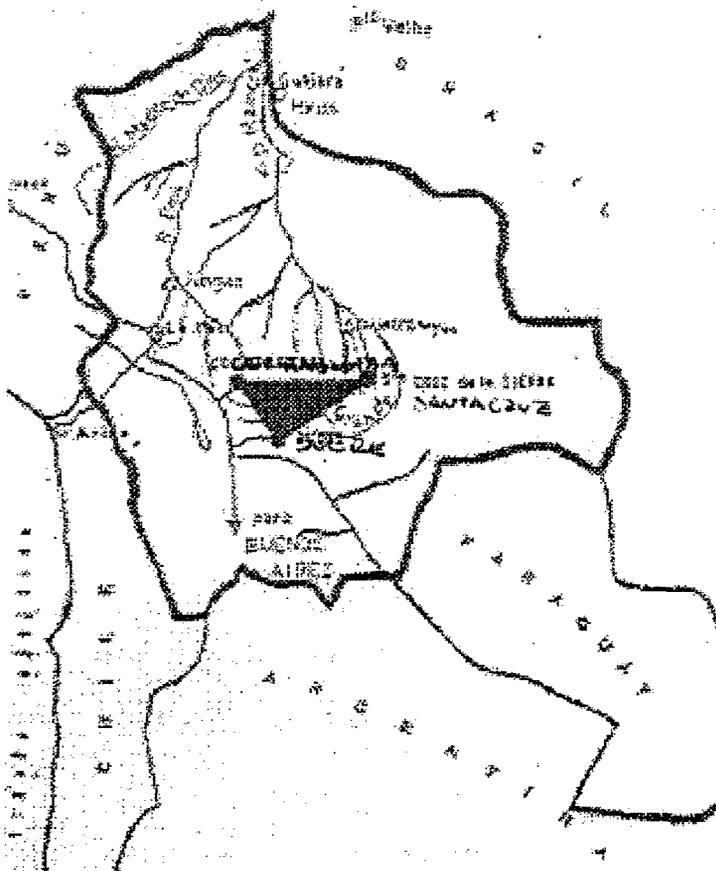
Nesse sentido, as soluções sugeridas, visando à superação dos óbices oferecidos pela geografia sul-americana, situam-se na realização de uma política de transporte que neutralize a favor do Brasil os desequilíbrios potenciais oferecidos pelos antagonismos fisiográficos existentes. O autor propõe que se implante ou complete (quando for o caso) uma rede ferroviária carreadora para os portos brasileiros do Atlântico – Santos, Paranaquá, São Francisco, Rio Grande e Porto Alegre. Propõe, ainda, a chegada dos trilhos brasileiros a Santa Cruz de la Sierra, de forma a articular, com isso, as grandes regiões platinas (Atlântico) e andina (Pacífico). Sugere, também, a construção de ramais da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para a República do Paraguai.

Em termos de vertebração da massa continental sul-americana, Travassos sugere ampla conjugação das redes ferroviárias, hidroviária e aérea, além de propor a criação de um sistema aéreo que interligue todas as capitais dos países desse subcontinente austral, para superar, assim, temporariamente, as dificuldades de tráfego terrestre oferecidas pelos obstáculos geográficos. Antever o desenvolvimento do transporte rodoviário para longas distâncias e sua futura inserção no sistema múltiplo de articulação viária colocaria o Brasil em posição privilegiada para a dominação do *heartland* sul-americano e, conseqüentemente, de todo o continente em questão.

Leonel Itaussu A. Mello (1997, p. 86), resumindo Travassos, diz que:

*[...] supremacia da vertente atlântica e da bacia amazônica; controle do triângulo estratégico boliviano e do “heartland” continental; neutralização da Bacia do Prata e influência sobre os países mediterrâneos, fortalecimento do Brasil longitudinal e projeção continental dos país – eis, em grandes linhas, as diretrizes geopolíticas de Travassos para a consecução da preponderância política e econômica do Brasil no continente sul-americano.*

**Figura 1**  
O triângulo geopolítico de Travassos



Fonte: Mello, 1997.

Quanto à teoria de Lysias Rodrigues, Mello destaca sua influência ratzelniana quanto aos “grandes espaços”. Rodrigues acreditava que o mundo marchava rapidamente para a “idade imperial”, em que cada continente seria dominado por um grande Estado suserano, em torno do qual gravitaria uma miríade de pequenos Estados vassalos. Se o mundo da “idade imperial” seria o das grandes potências continentais, a extensão territorial, a densidade demográfica e o potencial econômico capacitariam o Brasil a reivindicar o papel de Estado suserano da América do Sul.

Assim, Rodrigues reivindicava o papel do Brasil na formação de um núcleo geopolítico poderoso na América do Sul sob sua chefia. Logo, mediante o que se chamou *puncti dolentes* – pontos chave nas fronteiras brasileiras com seus vizinhos – verifica ele a necessidade brasileira de controlar esses pontos.

Já Golbery de Couto e Silva (1967), com a obra *Geopolítica do Brasil*, impregnado pelo clima internacional dos anos 50, analisa a posição do Brasil no mundo por meio de uma matriz ratzeliana, assim como Lysias, mas também se baseia nas idéias de Mackinder. Logo, utiliza tanto Travassos como Rodrigues, na formação de suas concepções quanto à disputa pela hegemonia da América do Sul entre Brasil e Argentina.

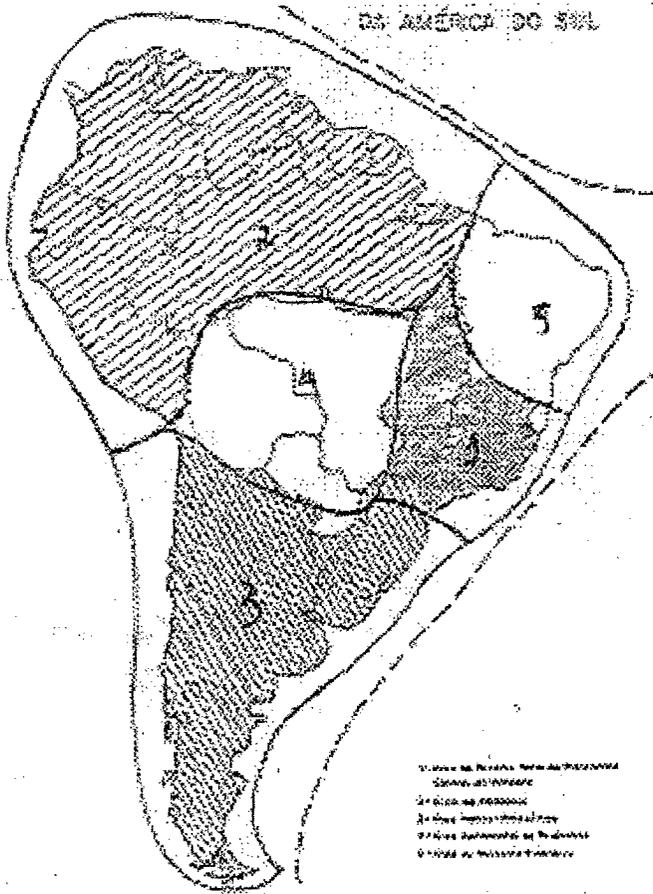
De maneira explícita, Couto e Silva formula a reivindicação de um “destino manifesto” brasileiro no Atlântico Sul, exigindo dos Estados Unidos reconhecimento do Brasil como aliado exclusivo naquela região. O caráter antiargentino dessa pretensão é evidente, uma vez que ignora a posição atlântica do país, assim como seus interesses geopolíticos na região.

Consoante o “destino manifesto” brasileiro, afirma Couto e Silva (1967, p. 52):

*Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses [...] Também nós podemos invocar um destino manifesto, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte [...] não parece demais que os EUA reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul.*

Ele descontrói, também, a importância da Argentina no campo geopolítico do Atlântico Sul, a partir da compartimentação geopolítica da América do Sul – divisão sul-americana em grandes áreas geopolíticas –, pois detecta que a Argentina participa de apenas uma dessas áreas geopolíticas, logo, teria papel secundário no Atlântico Sul.

**Figura 2**  
Compartimentação geopolítica da América do Sul



Fonte: Mello, 1997.

Diferentemente da Argentina e tendo em vista o fato de o Brasil ter contato com as cinco áreas preestabelecidas pela compartimentação, Golbery destaca que essa circunvizinhança política deveria orientar a geopolítica do Brasil, já que, devido a esse imenso jogo das inter-relações marítimo-terrestres, o campo nuclear brasileiro está em posição superiormente favorável para assegurar co-participação expressiva e indispensável na solução integrada das várias problemáticas regionais (COUTO e SILVA, 1967, p. 89).

Assim, ele já percebe, nesse período, que o aspecto nuclear tem importância geoestratégica para que o Brasil contenha a ameaça representada pela Argentina em seu projeto nuclear, e mais, vislumbra que só será assegurada a contenção nesse aspecto, se houver uma solução integrada, ou melhor, cooperativa entre os dois países.

Outro ponto importante a ser analisado refere-se à política norte-americana de aliado preferencial em relação ao Brasil, que só se configurou a partir do governo de Castelo Branco. Nesse governo, houve um alinhamento automático entre os dois países, que, nos governos subseqüentes, cedeu lugar à “cooperação antagônica”. Exemplos dessa concepção antagônica, em que se chocam os interesses setoriais brasileiros e norte-americanos, são a “guerra do café solúvel” e a questão nuclear no governo Costa e Silva (MELLO, 1997). Esses interesses contraditórios específicos quanto à questão nuclear entre Brasil e Estados Unidos não colocaram em perigo as relações globais entre a potência hegemônica e o aliado preferencial, até porque se percebe, nos anos 70, apoio tácito dos Estados Unidos ao fortalecimento da presença do Brasil na região do Prata, a fim de preservar os interesses norte-americanos no cone sul.

Nota-se que as teorias geopolíticas supramencionadas explicam a rivalidade entre as duas maiores potências sul-americanas, à medida que expõem as vantagens em relação à influência sobre determinadas áreas do continente, mas, ao mesmo tempo, acirram a mesma rivalidade, uma vez que apontam os caminhos para se tornar a potência local. Embora os teóricos brasileiros justifiquem a hegemonia brasileira sobre a Argentina, esta não se deixa abater, e luta em defesa de seus objetivos, haja vista não estar nada concluído ainda. Partindo-se do princípio de que as teorias apresentadas promovem o acirramento da rivalidade, bem como até certo ponto incentiva a cooperação, constata-se que, ao longo da história da relação entre Brasil e Argentina, muitos momentos permitirão reavaliações das principais premissas de cada uma das três teorias apresentadas, como se verá adiante, no caso de uma delas.

## **Cooperação geopolítica e nuclear entre Brasil e Argentina**

Brasil e Argentina passaram por uma disputa tecnológica nuclear durante seus respectivos regimes militares, como consequência de suspeitas brasileiras de que a Argentina pudesse construir uma bomba atômica.

Esse receio criou um clima de insegurança, que justificava um programa nuclear próprio brasileiro, mas, ao mesmo, tempo, criava o medo de provocar uma corrida armamentista nuclear na América Latina (GRABENDORFF, 1988).

Nesse contexto, iniciou-se a cooperação de ambos os países, que somente mudaram sua política nuclear entre 1990 e 91, porque nunca houve na história dos dois países interesse de desenvolver armas nucleares no sentido maléfico, levando-se em conta a questão histórica entre Brasil e Argentina, que nunca foi de disputas territoriais. A cooperação ocorreu em virtude de um novo desenho geopolítico obtido com o fim do bloco soviético, em 1991, e pela ascensão de governos democráticos tanto na Argentina como no Brasil, que pôs fim nas respectivas ditaduras militares.

Como foi mencionado, a cooperação nuclear entre os dois países realizou-se visando ao fortalecimento do *status* político e o impulso do desenvolvimento tecnológico e econômico para ambos os lados, mas nunca teria o escopo de uma corrida armamentista para efeitos maléficos, como aconteceu na época da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

Em meados da década de 70, Brasil e Argentina começaram a adquirir infra-estrutura para a produção de armas nucleares. O Brasil firmou acordo com a Alemanha Ocidental, comprometendo-se a comprar reatores e materiais nucleares, enquanto a Argentina iniciou, em 1978, a construção de suas próprias instalações nucleares.

Com a transição para governos civis nos anos 80, a cooperação entre eles teve grande progresso e foi fundamental para acelerar o ritmo de colaboração. Essa nova configuração geopolítica só foi possível a partir da tomada de consciência por parte dos países sul-americanos de que só mediante a cooperação seria possível evitar a marginalização diante da hegemonia norte-americana frente à órbita capitalista.

Para o fortalecimento dessa cooperação, foram acordados alguns tratados, tais como:

- Tratado Multilateral Corpus-Itaipu (1979) – que permitiria a ampliação de relações econômicas, tecnológicas, nucleares, políticas e militares;
- Declaração Conjunta sobre Política Nuclear (1985) – assinado por Alfonsín e Sarney, que reiterava o compromisso mútuo para o desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos;
- 2ª Declaração de Foz do Iguaçu (1990) – base para o controle bilateral;

- Acordo Bilateral (1991) – criava a Agência Brasileiro-argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), e dispunha sobre o uso pacífico da energia nuclear;
- Adesão de Brasil e Argentina ao Tratado de Tlatelolco (Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares na América Latina) (1994) – tinha por finalidade a criação de uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN), abrangendo toda a América Latina e Caribe (ROMÁN-MOREY, 1995).
- Acordo Quatripartite (1994) – Brasil, Argentina, ABACC e AIEA comprometeram-se a aceitar a aplicação de salvaguardas internacionais a todos os materiais nucleares.

Esses tratados destacam-se como tentativa de autopreservação dos Estados não-nucleares latino-americanos, que remontam a uma iniciativa brasileira juntamente com a Bolívia, o Chile, Equador e México, em 1963. Todavia, foi uma proposta infrutífera até o advento da crise dos mísseis em Cuba que desencadeou um processo negociador, em que despontou a América Latina como ponto estratégico no confronto bipolar entre Estados Unidos e União Soviética (WROBEL, 1993).

Nesse contexto, a Argentina não era favorável à adoção de medidas em prol do desarmamento, pois detinha o programa nuclear mais desenvolvido da região e estava disposta a continuar com ele, mesmo contra restrições que lhe fossem impostas. Essa mesma postura foi adotada pelo Brasil após o golpe militar de 1964, o que abriu para discussão a diferenciação entre os aspectos pacíficos e não pacíficos de uma política nuclear.

A proposta da ZLAN ocorreu num período de “política externa independente” do Brasil, que corresponde aos anos de 1961 a 1964 e foi marcado pela tentativa de manter um nível científico e tecnológico, com avanços no campo nuclear, direcionado para fins pacíficos. Os argumentos para justificar tal interesse foram a crescente demanda de energia devido ao crescimento econômico e o possível uso de tal energia para projetos de desenvolvimentos maiores. Posteriormente, com o surgimento da França e China como potências nucleares, surgiram questões de *status* (GARDNER, 1994).

Na fase ativa, que vai de 1964 a 1978, destaca-se a doutrina de “segurança nacional”, fundamento do plano de desenvolvimento do país, bem como o incentivo e financiamento a programas nucleares, que gerou grande importância, para a política externa, do domínio da tecnologia nuclear.

De 1979 em diante, a política nuclear brasileira coincidiu com o processo de liberalização política do país, de modo que o programa nuclear era tido como oneroso e ambicioso, além da realidade econômica do país, o que levou a protestos e ao desgaste do regime militar. Nota-se que a conjuntura nacional estava ligada à política nuclear e influenciou a tomada de posição do país no âmbito internacional.

Todos esses acordos e a formação de vários organismos, como a ABACC e a CNEN, contribuíram para a cooperação bilateral entre Brasil e Argentina em vários âmbitos, principalmente nos âmbitos tecnológico, nuclear e estratégico, possibilitando maior entendimento entre os países e contribuindo para avanços muito importantes nas áreas de pesquisa e produção nuclear.

Golbery vislumbra exatamente uma co-participação expressiva e indispensável do Brasil na solução integrada das várias problemáticas regionais, de modo que o papel do país é essencial devido, a sua posição geoestratégica privilegiada no continente (MELLO, 1997). Logo, os projetos cooperativos nucleares entre Brasil e Argentina, posteriores aos momentos de “conflitos hegemônicos” do século XX, contribuíram para assegurar a proposta do autor quanto à busca por soluções integradas na região. Vale lembrar que ele destaca o Brasil como peça chave nesse processo.

Remetendo-se especificamente ao exemplo da ABACC e sua ajuda para a consolidação da cooperação bilateral entre os dois países, a seguir, expõe-se um breve comentário sobre a construção histórico-política dessa agência e seu papel nesta mudança – da rivalidade à aliança estratégica nuclear.

### **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC)**

Com o início da Guerra Fria, uma disputa ideológica entre os blocos capitalista e socialista levou as superpotências a uma corrida armamentista pela disputa da hegemonia mundial. A produção de armas de guerra, principalmente, nucleares deixou a comunidade internacional em pânico, devido às lembranças desastrosas das bombas de Hiroshima e Nagasaki. Esse pânico teve repercussão nas reuniões da Assembléia Geral das Nações Unidas, que trabalhava para elaborar resoluções que contivessem a expansão da produção nuclear. Nesse contexto, a década de 60 foi marcada pela política da *détente*, caracterizada pelos esforços na política internacional para conter o avanço da produção nuclear.

Sob influência das discussões da organização das Nações Unidas, originou-se o Tratado de Não-Proliferação (TNP), em 1970, o Tratado de Rarotonga (do Pacífico Sul), em 1985, e o Tratado de Tlatelolco, em 1967. Esses dois últimos tiveram atribuição de tratados de não-proliferação nuclear regionais e inovaram na criação de uma zona livre de armamentos nucleares (ZLAN) para o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins pacíficos.

Sabe-se que a década de 80 foi marcada pela transição para governos democráticos tanto no Brasil quanto na Argentina. Esse novo quadro político contribuiu para a aproximação dos dois países, no que se refere à cooperação nuclear pacífica. O momento decisivo que marcou a adesão cooperativa nuclear entre as duas nações e a proclamação da política de não proliferação é a *Declaração de Foz de Iguaçu sobre a política nuclear comum*, em novembro de 1990. Posteriormente, em julho de 1991, ambas estabeleceram a Agência Brasileira-Argentina para Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC), de uso exclusivamente pacífico (REDICK, 1995).

A principal função da ABACC consiste em administrar e aplicar o Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) a todos os materiais nucleares presentes nas atividades nucleares de Brasil e Argentina, com a finalidade de verificar que eles não sejam desviados para fins não autorizados. As partes também se abstêm realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, e de participar de qualquer forma de ensaio, uso, fabricação, produção ou aquisição de qualquer dispositivo nuclear explosivo. Sem embargo, o acordo não limita o direito de usar a energia nuclear para propulsão ou operação de qualquer tipo de veículo, incluindo-se submarinos, visto que ambas as aplicações são pacíficas.

A ABACC atua aplicando salvaguardas a todos os materiais nucleares que se encontram submetidos ao SCCC. As inspeções são importantes para implementar medidas de salvaguardas, têm como objetivo a verificação da validade das informações recebidas pela ABACC e podem ser feitas mediante visitas, inspeções de rotina ou *ad hoc*, e inspeções especiais. Cada país é visitado por inspetores do outro país. Toda possível anomalia é investigada e, no caso de confirmação de qualquer tipo de descumprimento de normas pré-acordadas, a agência notifica a parte infratora e solicita a devida normalização. Caso contrário, o fato é considerado descumprimento grave do acordo, e ocasiona suspensão total ou parcial do país, cabendo notificação à ONU.

Dessa forma, vê-se que a organização dos trabalhos do órgão não só tem alavancado o reconhecimento de toda a comunidade internacional devido a seu caráter pacífico, como tem proporcionado, principalmente devido a seu caráter cooperativo de trocas técnicas nucleares, o efetivo efeito de confiança entre os dois países.

## Conclusão

De modo geral, as teorias geopolíticas brasileiras – as de vertente militar em grande parte – explicam as rivalidades entre Brasil e Argentina, no que tange à disputa pela hegemonia na América do Sul. Até certo ponto, as teorias de Mário Travassos e Lysias Rodrigues acirram essa rivalidade, que se desenha desde o período colonial, porque Travassos e Rodrigues adotam uma ótica voltada para o papel de liderança do Brasil no continente. Cabe lembrar que o próprio Travassos considera o triângulo das cidades bolivianas de Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra o *heartland* sul-americano. Assim, baseando-se em Mackinder, Travassos propaga que o domínio desse território é de suma importância para o país que realmente queira ter a hegemonia no continente.

Seu objetivo do teórico é a realização de um projeto brasileiro de construção de uma infra-estrutura brasileira, para que se chegue a essas localidades justamente para consolidar o posicionamento hegemônico do Brasil frente à Argentina nessa região estratégica, onde se encontram as duas bacias mais importantes do subcontinente: Amazônica e Prata. Outro aspecto levantado por Travassos é a Bolívia e o Paraguai como países chave, dada necessidade de eles escoarem suas mercadorias. Sob esse aspecto, Lysia Rodrigues segue os passos de Travassos e, em sua teoria, propõe o domínio dos *puncti dolentes* – pontos chave nas fronteiras brasileiras com seus vizinhos – e verifica a necessidade brasileira de controlar esses pontos.

Assim, tanto as idéias de Travassos na década de 30 quanto as de Rodrigues na década de 50 foram adotadas preponderantemente pelos militares brasileiros, em seu projeto de busca pela hegemonia na região, no período da ditadura militar. Nesse sentido, as idéias desses estudiosos promoveram acirramento da rivalidade entre os dois países, no início do período da ditadura militar, pois vão de encontro com a busca pela hegemonia da Argentina.

Contudo, na década de 70, o Brasil – devido a uma conjuntura favorável, dado o milagre econômico e diante dos fracassos da Argentina tanto interno como externo – construiu seu predomínio na América do Sul, com ações como Itaipu, avanço sobre os países menores, busca por caminhos para o Pacífico, abertura de seu litoral marítimo em Santos, Paranaguá e Rio Grande. Assim, o fator conjuntural mais o projeto desenvolvimentista nesse período contribuíram para uma inserção como líder por parte do Brasil.

Vale ressaltar que a década de 80, diferentemente da anterior, foi de crise econômica tanto no Brasil como na Argentina, e o fim da União Soviética e a redemocratização nos dois países propiciaram a aproximação cooperativa e o fim das desconfianças mútuas. Os tratados de não-proliferação nuclear e cooperação técnica nuclear demonstram isso.

Sobre essa questão, Couto e Silva (1967) levanta, já na década de 60, que na área nuclear o Brasil está em posição superiormente favorável, para assegurar a co-participação expressiva e indispensável na solução integrada das várias problemáticas regionais, visto que se encontra estrategicamente privilegiado, fazendo parte de todas as áreas geopolíticas do continente (ver mapa), ou seja, ele verifica a importância nuclear do país amarrada ao privilégio geopolítico, o que lhe dá voz para interferir na região, porém, de forma integrada. Justamente isso aconteceu na década de 90, com a Agência Brasileira-Argentina para Contabilidade e Controle de materiais nucleares (ABACC) criada nesse período, por exemplo.

Portanto, a tendência amistosa entre os dois países deve-se não só à conjuntura, mas também a uma postura cooperativa dos dois lados. A globalização e a revolução da informação na contemporaneidade permitem constatar que a cooperação nuclear entre ambos permanecerá diante dos interesses comuns e da necessidade de inserção no cenário internacional, já que, juntos, Brasil e Argentina são mais fortes frente à realidade multipolar.

## **Referências bibliográficas**

COUTO E SILVA, G. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

GARDNER, G. *Manual de no proliferación nuclear*. Instituto de Investigaciones culturales latino americanas. Tijuana: 1994.

GRABENDORFF, W. O Brasil e a não-proliferação nuclear. *Política e estratégia*, São Paulo, v. 6, n.2, abr./jun., p. 272-311, 1988.

GUGLIAMELLI, J. E. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

MACKINDER, H. El eje geográfico de la história. In: RATTENBACH, A. B. (Org.). *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975.

MELLO, L. I. A. *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1997.

REDICK, J. R. Iniciativas de no proliferación nuclear de Argentina y Brasil. *Revista Occidental – estudios latinoamericanos*, Baja California Norte, v. 12, n.3, p. 341-359, 1995.

ROMÁN-MOREY, E. Tratado de Tlatelolco de la América Latina: Instrumento para la paz y el desarrollo. *Boletín Del OIEA*, jan., 1995.

SPYKMAN, N. J. *Estados Unidos frente al mundo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

*Tratado de Tlatelolco*. Disponível em: <[www.opanal.org](http://www.opanal.org)>. Acesso: 24 mar. 2005.

TRAVASSOS, M. *Projeção continental do Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1947.

WROBEL, P. S. O Brasil e o TNP: resistência à mudança? *Contexto internacional*, RJ, v. 18, n.1, jan./jun., p. 143-156, 1996.

WROBEL, P. S. A diplomacia nuclear brasileira: a não-proliferação nuclear e o tratado de Tlatelolco. *Contexto internacional*, RJ, v. 15, n.1, jan./jun., p. 27-56, 1993.